

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/324703224>

Políticas públicas desportivas: Análise prospetiva em Municípios de Moçambique

Article · January 2017

CITATIONS

0

READS

15

7 authors, including:



Esther Ubago-Guisado

39 PUBLICATIONS 35 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Jorge García-Unanue

European University of Madrid

60 PUBLICATIONS 76 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



José Luis Felipe

European University of Madrid

51 PUBLICATIONS 144 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



PRO-BONE: Effect of a program of short bouts of exercise on bone health in adolescents involved in different sports [View project](#)



Prediction dropout in Fitness centres [View project](#)

REFERÊNCIAS

1. Aravena CO (1996). Percepção visual e atenção na aquisição de habilidades motoras. *Rev Educ Fis/ UEM* 7(1): 53-61.
2. Azémar G, Stein JF, Ripoll H (2008). Effets de la dominance oculaire sur le coordination oil-main dans les duels sportifs. *Sci Sports* 23: 263-277.
3. Coker CA (2006). Influence of target location on coincident timing performance. *Percept Mot Skills* 102(1): 231-238.
4. Corrêa UC, Oliveira PHV, Oliveira JA, Freudenheim AM, Junior, CMM, Welber Marinovic W, Simoni, CG, Tani G, Paroli R, Ugrinowitsch H (2005). "Timing" coincidente em tarefas complexas: estudo exploratório do desempenho de adultos de diferentes idades em diferentes velocidades de estímulo visual. *RBEFE*, 19(4), 307-315.
5. Coutinho C (2008). Análise biomecânica dos batimentos de esquerda a uma e a duas mãos. In Correia P, Coutinho C (eds.). *Investigação e Tênis II*. Lisboa: Edições FMH, 39-52.
6. Dorfman PW (1977). Timing and anticipation: a developmental perspective. *J Mot Behav* 9(1), 67-79.
7. Dunham PJ, Reid D (1987). Information processing: effect of stimulus speed variation on Coincidence anticipation of children. *J Hum Movement Stud* 13: 151-156.
8. Fleury M, Bard C (1985). Age, stimulus velocity and task complexity as determiners of coincidence timing behavior. *J Hum Movement Stud* 11: 305-317.
9. Lyons M, Al-Nakeeb Y, Neville A (2008). Post-exercise coincidence anticipation in expert and novice Gaelic games players: the effects of exercise intensity. *Eur J Sport Sci* 8(4): 205-216.
10. Magil RA (1984). *Aprendizagem motora: conceitos e aplicações*. São Paulo: Edgard Blucher.
11. Meeuwse HJ, Goode SL, Goggin NL (1995). Coincidence-anticipation timing. *Women Sport Phys Activ J* 4(2), 59-75.
12. Millslagle DG (2008). Use of an occlusion paradigm to examine anticipation of accelerating and decelerating stimuli. *Percept Mot Skills* 107(3): 761-774.
13. Molstad SM, Kluka DA, Love PA, Baylor KA, Covington NK, Cook TL (1994). Timing of coincidence anticipation by NCAA division I softball athletes. *Percept Mot Skills* 79(3): 1491-1497.
14. Pinheiro JP, Corrêa UA (2005). Desempenho em uma tarefa complexa de timing coincidente com desaceleração do estímulo visual em indivíduos de diferentes idades. *Rev Bra Educ Fis Esporte* 19: 61-70.
15. Rodrigues ST, Vickers JN, Williams AM (2002). Head, eye and arm coordination in table tennis. *J Sport Sci* 20: 187-200.
16. Roetert EP, Riewald S (2004). The forehand stance. *High-Perf Coaching* 6(4): 5-8.
17. Shneur E, Hochstein S (2006). Eye dominance effects in feature search. *Vision Res* 46: 4258-4269.
18. Steinberg GM, Frehlich SG, Tennant LK (1995). Dextrality and eye position in putting performance. *Percept Mot Skills* 80: 635-640.
19. Sugiyama Y, Lee M (2005). Relation of dominance with performance and subjective ratings in golf putting. *Percept Mot Skills* 100: 761-766.
20. Teixeira LA, Santos VA, Andreysuk R (1992). Tarefas que envolvem timing antecipatório: seriam as velocidades mais baixas as mais fáceis para sincronizar? *Rev Paulista Educ Fis* 2: 21-28.
21. Williams RT, Katene WH, Fleming K (2002). Coincidence timing of a tennis stroke: effects of age, skill level, gender, stimulus velocity, and attention demand. *Res Q Exerc Sport* 73(1): 28-37.

AUTORES:

Gustavo Paipe ¹
 Esther Ubago Guisado ²
 Sergio Rodríguez Cañamero ²
 Jorge García Unanue ³
 José Luis Felipe ³
 Leonor Gallardo ⁴
 Maria José Carvalho ⁵

¹Fac Ed Fis Desp, Univ Pedagógica Moçambique

²Lab Gestión Dep, Fac Cienc Dep, Univ Castilla-la-Mancha, Toledo, Espanha

³Dep Cienc Dep, Univ Europea Madrid, Espanha

⁴Fac Cienc Dep, Univ Castilla-la-Mancha, Toledo, Espanha

⁵CIFI2D, FADEUP, Portugal

10.5628/RPCD.17.02.35

RESUMO

Na literatura sobre as políticas desportivas verifica-se uma diversidade de estudos referentes à importância do desporto na comunidade, nos quais os municípios emergem como um dos principais catalisadores do desenvolvimento desportivo local. Em Moçambique, os estudos neste âmbito são escassos e dispersos. Assim, na presente investigação, pretendemos identificar e caracterizar as políticas desportivas encetadas em municípios de Moçambique, tendo em atenção as suas categorias e os seus contextos. Recorremos à triangulação metodológica por meio da análise documental, aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários a 24 responsáveis pelo desporto, em 12 municípios do território nacional, classificados em categorias A, B, C e D em função de fatores socioeconómicos, socioculturais e sociodemográficos. Os resultados sugerem semelhanças na abordagem política assumida para a generalização da prática desportiva, nos modelos de definição e desenvolvimento das políticas, no relacionamento com outras entidades, na gestão de informação e na gestão financeira. As diferenças encontradas dizem respeito ao modo da avaliação das políticas desportivas. As conclusões ressaltam (i) ausência de programas desportivos diversificados e planos estratégicos de desenvolvimento desportivo, pelo que é necessária maior colaboração intermunicipal para a efetivação dos objetivos, assim como (ii) definição de critérios de apoio a programas que sejam identificados de utilidade pública.

Políticas públicas desportivas: Análise prospetiva em Municípios de Moçambique

PALAVRAS CHAVE:

Políticas desportivas municipais.

Competências dos municípios.

Gestão do desporto.

Categorias dos municípios.

Moçambique.

SUBMISSÃO: 21 de Novembro de 2016

ACEITAÇÃO: 21 de Agosto de 2017

Public sports policies: Prospective analysis in municipalities of Mozambique

ABSTRACT

In the literature about sport policies, there are a diversity of studies concerning the importance of sport in the community, in which municipalities emerge as one of the main promoters of local sports development. In Mozambique, the studies in this area are rare and dispersed. Thus, in this research, we intend to identify and to characterize the sports policies undertaken in the municipalities of Mozambique, taking into account their categories and contexts. A methodological triangulation approach we used through document analysis, application of semi-structured interviews and questionnaires to 24 responsible for sports in 12 municipalities of the country, classified into categories A, B, C and D based on socioeconomic, sociocultural and sociodemographic factors. The results suggest similarities in political approach taken for the generalization of sport, in the definition and development policies, relations with other entities, information management and financial management. The differences found are related to the evaluation mode of sports policies. The finding highlight (i) the absence of diversified sports programs and strategic plans for sports development, which requires greater inter-municipal collaboration in order to achieve the objectives, as well as (ii) the definition of criteria to support programs identified as public utility.

KEYWORDS:

Municipal sports policies.

Municipalities' competences.

Sport management.

Categories of municipalities.

Mozambique.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o interesse académico pela intervenção do *Estado* no desporto tem ganho atenção por parte de vários investigadores ^(6, 12, 16). Muitas destas investigações têm tido como objetivo a análise de vários fatores inerentes à eficácia das políticas desportivas encetadas pelos governos, respeitantes, entre outros, ao domínio dos equipamentos desportivos, do financiamento público do desporto, das parcerias público-privadas ou da regulamentação do desporto.

No âmbito das políticas desportivas municipais existem pesquisas que, por um lado, tentam estabelecer ilações sobre a sua definição, tipologia e implementação ^(28, 32) e que, por outro lado, analisam a sua operacionalização e os fatores determinantes para o desenvolvimento desportivo seja nacional, regional ou local ^(45, 47).

Constata-se ainda a existência de barreiras sociais, económicas e culturais que dificultam o acesso de vários cidadãos às práticas desportivas institucionalizadas ⁽⁴⁾. Sobretudo nos grandes centros urbanos, as possibilidades da prática de atividade física e do desporto vincula-se à existência de ginásios e clubes desportivos que oferecem esses serviços, mas com acesso limitado para toda a população, decorrente dos custos financeiros que representam e das dificuldades atuais do associativismo desportivo.

É neste sentido que um dos principais objetivos das medidas políticas dos municípios no desporto é a oferta contínua de programas abrangentes e diversificados em atividades desportivas para diferentes grupos de cidadãos, assim como a promoção de práticas desportivas de qualidade à generalidade dos munícipes, com vista à efetivação do direito constitucional ao desporto ^(29, 40).

Neste âmbito, já foram realizadas em Moçambique algumas investigações ^(37, 38, 43), designadamente em três municípios (2 da zona sul e 1 do centro do país), que abordam a realidade desportiva local. Por conseguinte, afigura-se-nos importante equacionar o seguinte: até que ponto estas investigações são representativas da realidade dos municípios das outras regiões do país?

Não há dúvida que as tecnologias de informação e comunicação favorecem o processo de integração de várias experiências nas organizações e, em particular, nas entidades desportivas públicas e privadas. Não obstante, o sistema desportivo é influenciado por fatores internos (entidades, número de praticantes, infraestruturas desportivas, regulamentação, recursos humanos, planos de atividades, entre outros) e externos (outros sistemas que com ele interagem: económico, político, social, demográfico e legal) que condicionam o seu desenvolvimento ^(10, 15).

Assim sendo, parece-nos fundamental a consideração destes fatores no estudo dos municípios, sobretudo quando o objetivo é pesquisar a realidade nacional, a qual integra realidades municipais muito díspares do ponto de vista demográfico, político, social e económica ⁽⁵⁰⁾. Pelo que, para um mapeamento mais detalhado da realidade desportiva nos municípios, é necessário a recolha de dados em municípios de diferentes zonas geográficas e com pouca margem temporal ⁽²¹⁾.

Desta forma, na presente investigação, pretendemos identificar e caracterizar as políticas desportivas encetadas em municípios de Moçambique, bem como realizar uma análise prospetiva tendo em atenção as suas categorias e os seus contextos sociais, económicos, culturais e demográficos.

METODOLOGIA

De acordo com os objetivos estabelecidos e a margem temporal da realização da presente investigação (de maio a novembro de 2015), esta é do tipo descritivo e transversal, adotando uma abordagem metodológica mista através da combinação da análise documental, e da aplicação das entrevistas e dos questionários para a recolha de informações que nos permitiram identificar e caracterizar o nosso objeto de estudo com profundidade⁽³⁰⁾, de realçar que esta metodologia tem sido cada vez mais usada nas ciências sociais e, principalmente nas investigações na área do desporto.

PARTICIPANTES

Para a seleção dos participantes foi enviada uma carta-convite com a descrição dos objetivos da pesquisa a todos os municípios, juntamente com a declaração de consentimento livre e esclarecido, que a posterior foi assinada pelo investigador principal e os participantes⁽⁴⁴⁾.

No total responderam ao convite 12 municípios, sendo um de categoria A (Cidade de Maputo), dois de categoria B (Beira e Nampula), cinco de categoria C (Ilha de Moçambique, Chimoio, Nacala, Quelimane e Pemba) e quatro de categoria D (Manhiça, Maxixe, Gondola e Moatize), refletindo todas as categorias administrativas existentes no país e expressando uma distribuição geográfica abrangente que corresponde a quatro municípios do norte, cinco do centro e três do sul.

Estas categorias municipais derivam da classificação feita pelo Ministério de Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) que classifica as áreas urbanas com base nos fatores socioeconómicos, socioculturais e sociodemográficas⁽⁵⁰⁾.

Dos 12 municípios que responderam ao convite resultaram 24 responsáveis municipais pelo desporto (12 vereadores e 12 diretores e coordenadores), com uma experiência em cargos de tomada de decisão que variava entre 1 a 5 anos, 25% tinha idades compreendidas entre 26-32 anos, 41,7% entre 33-40 anos, 8,3% entre 41-48 anos, e 25% com mais de 49 anos.

RECOLHA DE DADOS

Para a recolha das informações, recorreremos à análise dos documentos utilizados a nível local (planos de atividade e regulamentos locais) e à aplicação de dois instrumentos, a

entrevista aos vereadores municipais e o questionário validado e publicado¹ aos diretores e coordenadores municipais de desporto, que foram submetidos e aprovados pelo comité de ética da faculdade com o número do processo *CEFADE 05.2015*.

A entrevista foi validada por um corpo de peritos composto por três Portugueses e dois Espanhóis (professores universitários e investigadores com mais de 10 anos de experiência, e filiados em centros de investigação com reconhecido mérito). Após esta validação foi realizado um estudo piloto para atestar a aplicabilidade e compreensibilidade dos instrumentos, assim como para o adestramento do entrevistador⁽⁴²⁾.

A entrevista integra duas grandes categorias definidas à priori com base na revisão da literatura e dos objetivos estabelecidos⁽⁵⁾, designadamente: (i) áreas estratégicas municipais, com quatro subcategorias: gestão financeira, equipamentos desportivos, políticas desportivas e relacionamento com outras entidades; (ii) regulamentação do desporto, com uma subcategoria: documentos legais e não legais.

As entrevistas foram realizadas nos gabinetes de trabalho dos vereadores com duração mínima de 31 minutos e máxima de 75 minutos, foram registadas em gravação áudio digital, e transcritas fielmente em formato *rft* (*rich text format*), com o programa para a transcrição *SCRIBE versão 4.01*[®]. O questionário foi aplicado aos diretores e coordenadores municipais de desporto nos seus locais de trabalho.

ANÁLISE DOS DADOS

Após a transcrição das entrevistas, seguiu-se ao processo de codificação da informação obtida em códigos e unidades de codificação para a sua ulterior análise⁽⁵⁾. Para evitar uma má interpretação da informação, a codificação foi realizada separadamente pelo investigador principal e por outro investigador secundário⁽³⁹⁾ com o *software* para análise qualitativa *Atlas-ti versão 6.0 for Windows*[®]. Para a análise dos dados provenientes do questionário foi realizada a estatística descritiva em todas as dimensões do questionário.

RESULTADOS

Dada a abordagem metodológica da presente investigação e para maior clareza dos resultados, as informações recolhidas serão assim apresentadas: áreas estratégicas municipais e regulamentação do desporto ilustradas em árvores estruturais e complementadas por quadros com dados provenientes do questionário. Para além destas duas dimensões

¹ Relativamente ao questionário, vide o artigo intitulado *Public sport policies: A tool for characterization of municipal sport services in Mozambique*. Disponível no *International Journal Advances in Social Science and Humanities*, 2016, 4(8), 36-46 (http://www.ijassh.com/view_archive.php?archiveid=36).

e com o propósito de compreender a organização das informações dentro dos municípios, também foi analisada a gestão de informação e comunicação.

Apresenta-se seguidamente na figura 1 a primeira parte da codificação, a árvore estrutural da categoria “Áreas Estratégicas Municipais” composta pelas subcategorias: gestão financeira e equipamentos desportivos.

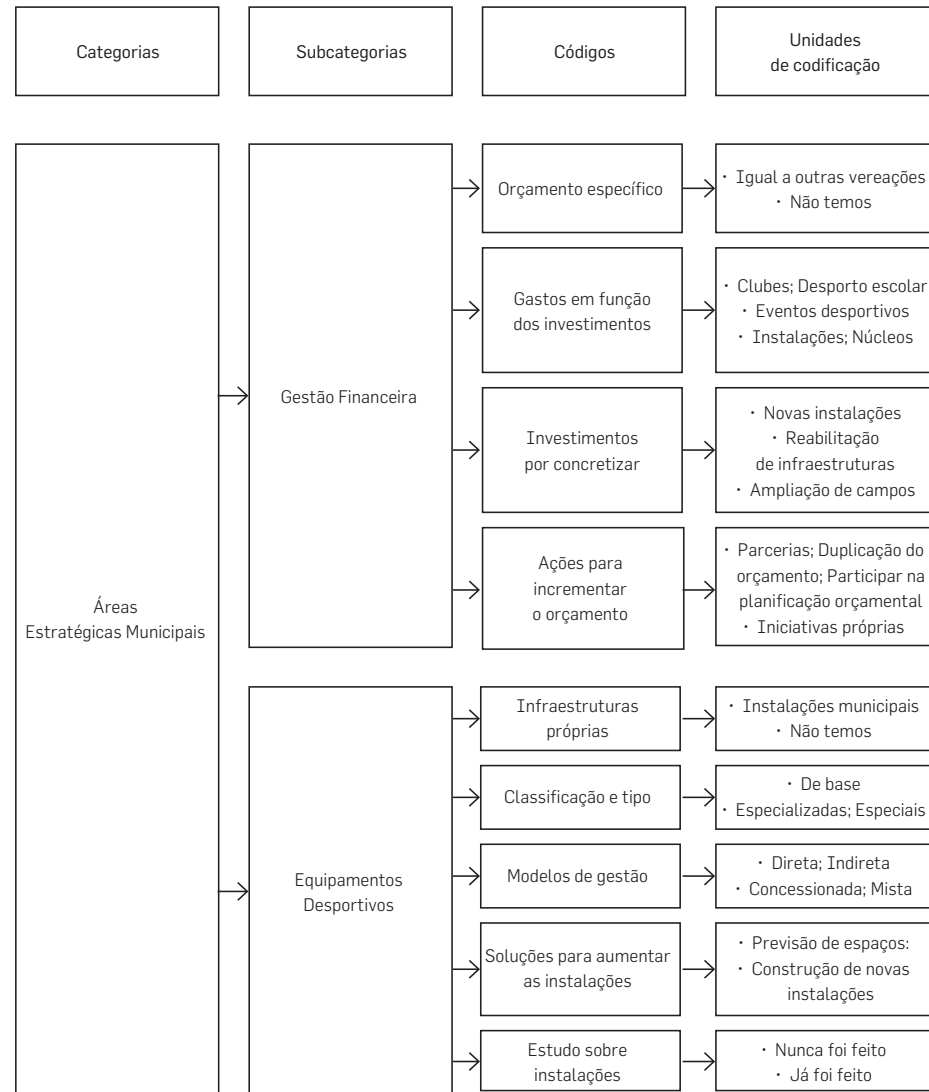


FIGURA 1. Árvore estrutural da categoria Áreas Estratégicas Municipais.

Relativamente à “Gestão financeira”, uma minoria dos municípios dispõem de um orçamento específico para o desporto e nos restantes o valor vem associado ao *budget* para a educação, a cultura e a área social.

No que concerne aos gastos em função dos investimentos, o desporto escolar, o apoio aos clubes, os núcleos desportivos, a organização de eventos desportivos, a construção de novas instalações desportivas, assim como a reabilitação e ampliação das infraestruturas existentes, constituem prioridade municipal. De forma a tornar mais consistente a nossa análise, complementando com os dados recolhidos junto dos diretores e coordenadores municipais, no quadro 1, pode-se constatar que a minoria dos municípios que possuem um orçamento específico corresponde a 25% dos municípios analisados, dos quais dois são de categoria C e um de categoria B. Mais referem que os municípios apoiam as entidades locais, sendo que os principais critérios utilizados são a importância do evento ou da atividade para o município e a disponibilidade de fundos.

QUADRO 1. Gestão financeira.

GESTÃO FINANCEIRA	NÃO	%	SIM	%
Orçamento para o desporto	9	75	3	25
Apoio as entidades locais	---	---	12	100
Crítérios para atribuição dos apoios	---	---	12	100

Na subcategoria “Equipamentos Desportivos”, a maioria dos municípios indica campos de futebol “pelados” como espaços desportivos próprios. Apenas um município de categoria C tem como equipamentos desportivos próprios um pavilhão desportivo polivalente, uma pista de atletismo e uma piscina descoberta. Nos municípios de categoria A, B e C predomina o modelo de gestão direta de tais equipamentos. Nos municípios de categoria D desconhecem-se os modelos de gestão praticados (QUADRO 2).

O quadro 2 ilustra que a minoria dos municípios (16,7%) que não possui instalações desportivas próprias são de categoria D. Aqui importa referir que dos municípios que possuem instalações desportivas próprias, apenas um, de categoria C, é que possui instalações de base formativa e são geridas de forma concessionada, sendo as restantes instalações de base recreativa comuns em todos os municípios.

QUADRO 2. Equipamentos desportivos e gestão do serviço.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E GESTÃO DO SERVIÇO	NÃO	%	SIM	%
Instalações desportivas próprias	2	16,7	10	83,3
Modelos de gestão	4	33,3	8	66,7
Serviços concessionados	11	91,7	1	8,3

A segunda parte da codificação da categoria “Áreas estratégicas municipais” nas subcategorias: políticas desportivas e relacionamento com outras entidades são ilustrados na figura 1.1.

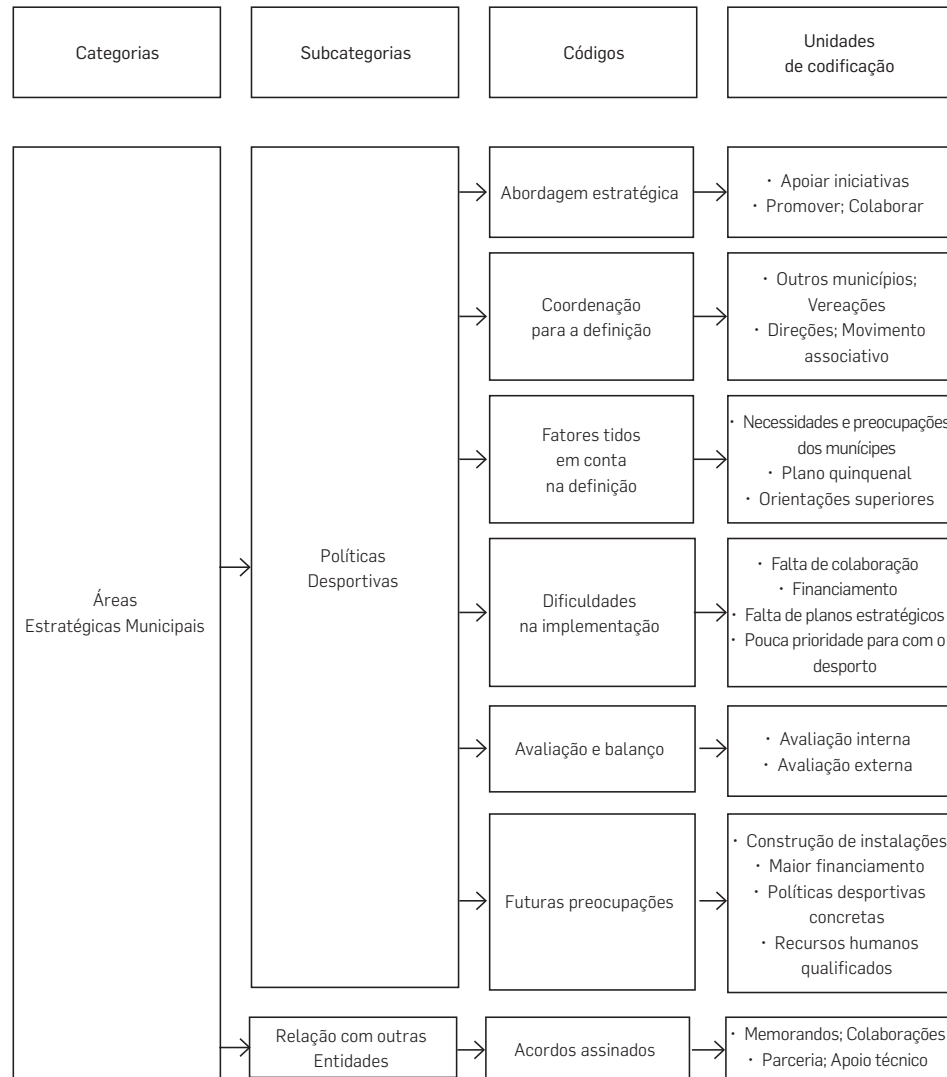


FIGURA 1.1. Continuação da árvore estrutural da categoria Áreas Estratégicas Municipais.

Na subcategoria “*políticas desportivas*” constatou-se que a opção estratégica assumida pelos municípios consiste em apoiar e promover atividades desportivas em colaboração com as entidades desportivos locais. Para a definição das políticas desportivas os resultados apontam para o envolvimento das demais vereações municipais, do movimento associativo e dos municípios, e as principais dificuldades no processo de implementação são a falta de planos estratégicos, pouco financiamento e baixa prioridade para o sector do desporto.

A definição de políticas desportivas concretas, um quadro humano qualificado, mais financiamento e a construção de infraestruturas desportivas são as principais preocupações dos vereadores responsáveis pelo desporto. Em relação à avaliação e balanço das políticas desportivas, os municípios de categoria B realizam duas avaliações internas por ano, sendo a primeira no início das atividades e a segunda no fim. Já em municípios de categorias A e C, a vereação realiza avaliações internas mensalmente e trimestralmente são avaliados pela Assembleia Municipal. Para o caso dos municípios de categoria D, a avaliação é feita através de apresentação do relatório de atividades à assembleia municipal em sessões plenárias.

Respeitante ao “*relacionamento com outras entidades locais*”, existem memorandos de colaboração com os clubes desportivos, os núcleos desportivos e as associações desportivas locais, conforme explicitado no quadro 3.

QUADRO 3. Relacionamento com outras entidades locais.

RELACIONAMENTO COM OUTRAS ENTIDADES	NÃO	%	SIM	%
Associações e clubes	2	16,7	10	83,3
Direções provinciais e distritais	4	33,3	8	66,7
Ministério da juventude e desporto	8	66,7	4	33,3
Outros municípios	9	75	3	25
Outras vereações	---	---	12	100

É de sublinhar a grande percentagem de municípios (67%) que não estabelece relações com a entidade que tutela o desporto a nível da administração central, o Ministério da Juventude e Desporto. Os memorandos assinados com as outras entidades consistem em apoio técnico e desenvolvimento de projetos comuns que visem a promoção da prática desportiva a nível local.

Na figura 2, são apresentados os resultados da codificação da categoria “*Regulamentação desportiva*”, composta pela subcategoria documentos legais e não legais relativos ao conjunto de documentos internacionais², nacionais e locais.

² PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. SADC – Southern Africa Development Community.

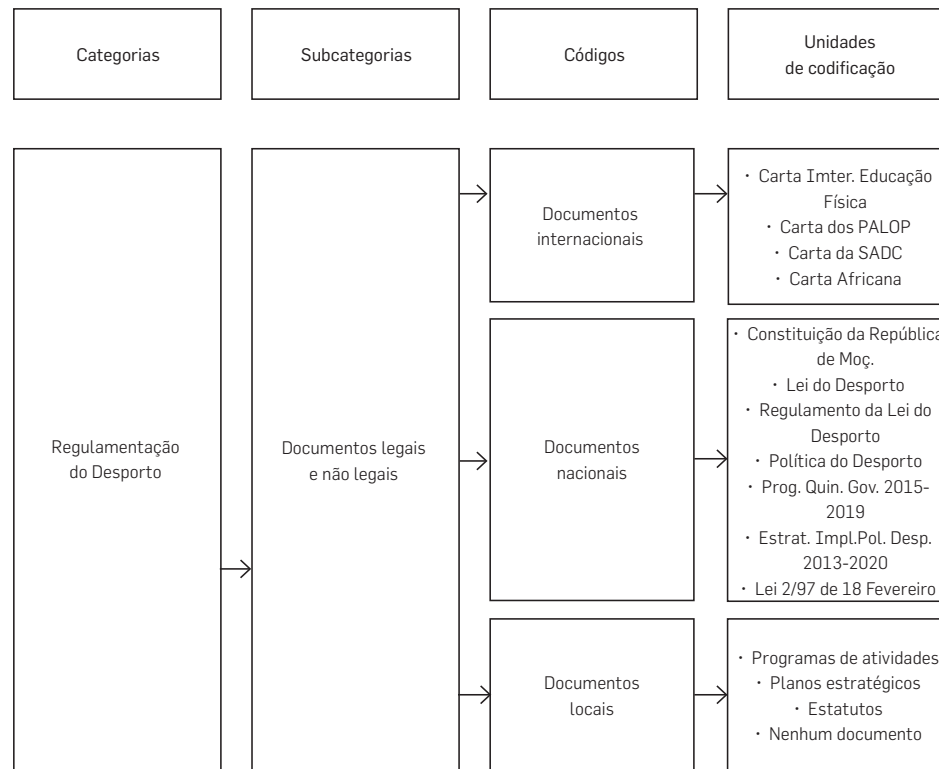


FIGURA 2. Árvore estrutural da categoria "Regulamentação desportiva".

Em relação aos documentos legais e não legais os resultados indicam que existe um desconhecimento generalizado por parte dos entrevistados da maioria dos documentos internacionais e nacionais que regulam o desporto, sendo o Programa Quinquenal do Governo³ o documento mais conhecido. Em relação aos documentos locais, não nos foi disponibilizada informação na maioria dos municípios, tendo sido facultado os programas de atividade em apenas dois municípios, 1 de categoria B e outro C.

No quadro 4, se apresentam os resultados referentes à dimensão gestão de informação e comunicação.

QUADRO 4. Gestão de informação e comunicação.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	NÃO	%	SIM	%
Página web	4	33,3	8	66,7
Seção específica de desporto na página web	4	33,3	8	66,7
Publicações específicas	4	33,3	8	66,7
Dificuldades de divulgação da informação	5	41,7	7	58,3
Bases de dado sobre as atividades	12	100	---	--

Na dimensão *gestão de informação e comunicação*, os resultados sugerem que todos os municípios de categoria D não possuem página web, secção do desporto e não realizam publicações específicas das atividades desenvolvidas, e todos os municípios não possuem bases de dados.

DISCUSSÃO

GESTÃO FINANCEIRA

Nesta dimensão há consonância entre os resultados da análise do conteúdo das entrevistas e do questionário, pois em ambos, a maioria dos municípios (75%) não possui orçamento específico para o desporto. Neste sentido, parece-nos que este facto está associado à própria realidade desportiva dos países em vias de desenvolvimento, conforme é argumentado por Andreff⁽¹⁾ ao afirmar que na maioria dos governos destes países o desporto não tem merecido o devido investimento financeiro, quer seja a nível nacional, regional ou local.

Contudo, deve-se esclarecer que é reservada aos municípios autonomia administrativa e financeira através do princípio de organização estatal, artigo 263º, n.º 3, da Constituição da República de Moçambique⁽³⁾, significando isto, que são responsáveis pela distribuição eficiente dos seus recursos financeiros para os diferentes setores. Não deveria, pois, ao nível municipal deixar de se atribuir ao desporto um orçamento específico.

Uma das principais causas desta realidade é apresentada no estudo de Helling⁽²²⁾, onde conclui que, em Moçambique, os municípios carecem duma orientação metodológica coerente e consistente no setor financeiro para que possa ser feita uma distribuição orçamentária eficaz.

Os resultados da presente investigação divergem totalmente dos encontrados em outros estudos^(17, 23, 26) de contextos e realidades diferentes. Nestes constatou-se que existia um orçamento específico para o desporto e os municípios tinham comprometimento e critérios definidos para o apoio às atividades desportivas.

³ O Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019 foi aprovado pela Resolução n.º 12/2015, de 14 de Abril, publicado no Boletim da República, I Série, n.º 29, 2.º Suplemento.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E GESTÃO DO SERVIÇO

Nesta vertente, verifica-se que os municípios moçambicanos possuem instalações próprias. Esta realidade parece-nos estar associada ao tipo de instalações referidas serem na sua maioria de base recreativa e de terra “batida”. Não obstante esta constatação, consideramos que estas instalações constituem um indicador das preocupações municipais em criar condições para a prática desportiva e, conseqüentemente, a promoção de estilos de vida saudáveis.

Nesta esteira de pensamento, Januário, Sarmento e Carvalho ⁽²⁷⁾ defendem que as infraestruturas desportivas se traduzem numa política de proximidade do município para com os cidadãos, pois potenciam a atração de múltiplos públicos para a prática desportiva, e que importa registar valorativamente num esforço autárquico. Tal argumentação reforça os resultados encontrados na maioria dos municípios do nosso estudo ao disporem de infraestruturas desportivas próprias.

Já em relação aos modelos de gestão, constatamos que apenas um município de categoria C adotava a gestão concessionada, facto que consideramos estar associado às limitações orçamentárias a que os municípios estão sujeitos ⁽⁴⁹⁾. Estes resultados divergem dos estudos de Arboledas Garcia e Puig i Barata ⁽²⁾, e de Hobza e Dohnal ⁽²⁴⁾, nos quais as instalações são geridas totalmente de forma direta.

POLÍTICAS DESPORTIVAS

De acordo com as determinantes apuradas na apresentação dos resultados, e apesar de as formas de intervenção variarem de município para município devido as diferenças contextuais que os caracteriza, os municípios procuram responder às competências que lhes são incumbidas pela lei 2/97 de 18 de fevereiro: Quadro jurídico para a implantação das autarquias locais, onde no artigo 1.º n.º 2 são chamadas a prossecução dos interesses das respetivas populações (*cultura, tempos livres e desporto*) sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do *Estado*.

Aliada a esta realidade, está a falta de estudos com dados desagregados sobre o desporto em municípios de Moçambique que possibilitem aos responsáveis políticos tomarem decisões ajustadas a cada realidade. Esta nossa posição é reforçada por Gutierrez ⁽²⁰⁾ ao defender que é necessário a produção de conhecimento sobre as políticas desportivas e de lazer para que se possam dar respostas políticas adequadas a cada situação.

Os resultados do presente estudo vão no sentido dos encontrados por Januário, Sarmento e Carvalho ⁽²⁸⁾, Carvalho e Alves ⁽¹³⁾, Gallardo ⁽¹⁸⁾, e King ⁽³¹⁾, que constataram que os municípios analisados assumiam como abordagem estratégica a promoção do desporto, o apoio ao movimento associativo, a provisão de infraestruturas desportivas, sendo o desporto considerado como um direito dos cidadãos a que os municípios devem corresponder.

No que diz respeito à definição das políticas desportivas as estratégias adotadas remetem-nos para o modelo “tipo de política pública” de Lowi ⁽³³⁾ no formato de políticas redistributivas, pois as políticas são estabelecidas a nível central e implementadas a nível local, com a observância das variáveis contextuais, tendo como objetivo geral o bem social dos cidadãos. Ainda nesta vertente, pode considerar-se que a avaliação das políticas encetadas pelos municípios sofre influência de vários modelos, contudo, o ciclo da política pública defendido por Howlett, Ramesh e Perl ⁽²⁵⁾ é que mais se adequa á realidade observada, pois este modelo considera as políticas um ciclo onde a avaliação deve ser realizada em todas as fases que decorrem de sua elaboração e concretização, tal como acontece nos municípios analisados.

RELACIONAMENTO COM OUTRAS ENTIDADES

Neste concernente, os resultados encontrados assemelham-se aos de Bergeron e Lévesque ⁽⁷⁾; Carvalho e Alves ⁽¹³⁾, ao terem verificado a colaboração dos municípios com outras entidades locais da mesma índole para a promoção da atividade desportiva.

Em relação à falta de colaboração intermunicipal, os resultados assemelham-se aos encontrados por Machava ⁽³⁴⁾, o qual constatou falta de colaboração nos quatro municípios que analisou. Outro estudo que corrobora os nossos resultados é o realizado por Januário, Sarmento e Carvalho ⁽²⁸⁾, os quais constataram inexistência de colaboração no âmbito desportivo entre as autarquias da Área Metropolitana do Porto.

Esta falta de colaboração parece-nos estar associada às diferenças partidárias na governação municipal presente em alguns municípios com proximidade geográfica. Helling ⁽²²⁾ reforça esta percepção ao afirmar que em municípios de Moçambique, as grandes dificuldades que se apresentam são a escassa colaboração que existe entre eles, principalmente quando são dirigidos por partidos diferentes.

Esta realidade viola o pressuposto de colaboração defendido pelo regulamento dos órgãos locais⁴, pois a colaboração possibilita um contexto favorável para as instituições em processo de estruturação e crescimento, como é o caso da maioria dos municípios de Moçambique ⁽⁴¹⁾.

Quanto ao fraco relacionamento com o Ministério da Juventude e Desporto, tal situação poderá estar associada ao facto de esta ser uma entidade de nível central e que tem representação a nível local pelas direções provinciais e distritais, as quais têm pouca autonomia e recursos para intervir nos municípios.

Dada a realidade sociopolítica, socioeconómica, sociodemográfica, do país, e como é defendido pelo World Bank Staff e Muzima ⁽⁵⁰⁾ os serviços sociais não são fáceis de providenciar a nível municipal, pelo que é essencial que os municípios recebam um apoio continuado do ministério de tutela responsável por cada serviço, como é o caso do desporto.

⁴ Assembleia da República de Moçambique. (2005). Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado, de 10 de junho de 2005. *Boletim da República*, I Série, nº 23.

A regulamentação é o marco dentro do sistema desportivo que aglutina e confere a ordem, estabelece e contém as normas através das quais se desenvolve e se organiza um determinado sistema desportivo e os seus constituintes ⁽⁶⁾.

Em Moçambique, as atribuições das autarquias encontram-se referidas em vários documentos normativos, dos quais destacamos a Constituição da República de Moçambique, a Lei do Desporto, o Regulamento da Lei do Desporto, a Política do Desporto, o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, a Estratégia de Implementação da Política Desportiva 2013-2020 e a Lei 2/97 de 18 de Fevereiro: Quadro Jurídico para a Implantação das Autarquias Locais, que fazem menção específica em relação às atribuições e competências dos municípios no âmbito desportivo.

De acordo com os resultados obtidos a maioria dos responsáveis políticos desconhece os documentos normativos sobre o desporto, assim como os principais documentos de política desportiva, sendo que ao nível local no presente estudo não existe qualquer normativo específico do desporto.

Assim, sendo as autarquias entidades representativas do Governo a nível local e em virtude da sua obrigatoriedade constitucional na promoção de atividades que visam o desenvolvimento local ao abrigo do artigo 264, no n.º 1 da Constituição da República ⁽³⁾, torna-se pertinente o conhecimento do acervo documental nacional que regula e organiza a atividade desportiva.

Este entendimento é reforçado por Terol Gómez ⁽⁴⁸⁾ ao afirmar que os municípios devem prestar serviços públicos que satisfaçam as necessidades e aspirações dos cidadãos sob as competências que lhes são incumbidas pela legislação do *Estado* em cada setor específico.

Ainda nesta linha de pensamento Meirim e Carvalho ⁽³⁵⁾ reforçam que sendo o poder local um espaço privilegiado para a prossecução de políticas desportivas por lei, é necessária uma racionalização de recursos e equipamentos disponíveis, no sentido de conferir maior integração e articulação ao sistema desportivo entre estas entidades, os governos regionais e nacional.

Na senda dos resultados arrojados, os mesmos divergem com os do Terol Gómez ⁽⁴⁸⁾, o qual verificou a existência de programas de atividades e plano de instalações desportivas a nível municipal no âmbito do cumprimento das competências atribuídas aos municípios por lei, situação que apenas foi verificada em dois municípios.

Já os resultados de Goslin ⁽¹⁹⁾ corroboram aos do presente estudo ao verificar que muitos dos responsáveis desportivos municipais não tinham conhecimento suficiente sobre os documentos legais e não legais de cariz nacional que justificam a inclusão das atividades desportivas nos programas municipais de intervenção local.

A informação constitui para os municípios um ativo tangível no qual todo o arcabouço documental deve ser organizado e colocado à disposição dos responsáveis municipais para que possam tomar decisões estratégicas relativas à administração municipal ⁽¹¹⁾. Contudo, os resultados sugerem que os municípios moçambicanos ainda estão longe de responder a estes desafios, apesar de existir uma mostra significativa de municípios que rumam nesta direção.

Estes resultados concorrem com os encontrados por Chaín Navarro, Muñoz Cañavate e Más Bleda ⁽¹⁴⁾ e Tat-Kei Ho ⁽⁴⁶⁾, onde verificaram que alguns municípios avançavam rapidamente para a gestão eletrónica e outros com certa timidez.

A gestão de informação é uma ferramenta muito poderosa para a governação local, pois encoraja a mudança dos paradigmas tradicionais de governação, que enfatizam no sistema burocrático com elevados custos operacionais e pouca eficiência, para o sistema de governação eletrónica, que potencia melhor qualidade na prestação de serviços para os cidadãos e com menos custos ^(9, 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo ao potenciar a compreensão da realidade política nos municípios de Moçambique, através da identificação e caracterização das suas políticas desportivas, objetiva igualmente fazer uma análise prospetiva que sirva de contributo para a eficácia decisória dos responsáveis políticos.

Conclui-se que, para os municípios estudados, existem fragilidades acentuadas ao nível das políticas desportivas, com particular realce para a débil definição estratégica das políticas, dos objetivos, das medidas e das ações a nível local. Consequentemente, a falta de bases de dados com informações desagregadas, a falta de orçamento específico para as atividades desportivas é assinalável, escasseiam os programas de atividades desportivas regulares para todos os grupos sociais, as infraestruturas desportivas existem, mas necessitam de requalificação e diversificação, e verifica-se um desconhecimento acentuado dos documentos legais e documentos de cariz político por parte dos vereadores, diretores e coordenadores municipais.

Apesar das fragilidades identificadas, há também ações políticas municipais que merecem destaque, tais como a organização de eventos desportivos pontuais, o relacionamento entre os municípios e as entidades associativas desportivas. De sublinhar sobretudo a preocupação e consciência generalizada por parte dos decisores políticos da importância que cumpre o desporto para o desenvolvimento humano e para o bem-estar social dos cidadãos.

A finalizar, ousamos propor algumas recomendações a ter em consideração na atuação política ao nível do desporto local, assim sendo, sugere-se: (i) Incrementar o trabalho ao nível da estratégia política, fundada em planos exequíveis, com objetivos, medidas e ações concretas e a respetiva monitorização e avaliação (curto, médio e longo prazo); (ii) Atribuir um orçamento específico para o desporto nos municípios e melhorar a sua gestão financeira; (iii) Primar por uma atuação política que crie oportunidades da prática desportiva para todos os grupos da população, na senda do direito ao desporto plural, polissémico e que se manifesta numa realidade polimorfa; (iv) Definir memorandos de colaboração com critérios objetivos e justos na atribuição de apoios que sirvam programas prioritários e de utilidade pública e; (v) Desenvolver estratégias que permitam a melhoria do sistema de gestão de informação e comunicação para a prestação de serviços com mais eficiência e qualidade.

REFERÊNCIAS

1. Andreff W (2001). The correlation between economic underdevelopment and sport. *Eur Sport Manage Quart* 1 (4): 251-279.
2. Arboledas Garcia D, Puig i Barata N (2012). Análisis comparativo de los servicios deportivos municipales de Andalucía y Cataluña. *Int J Sport Sci* 8(29): 223-244.
3. Assembleia da República de Moçambique (2004). Constituição da República de Moçambique de 22 de dezembro de 2004. Boletim da República. I Série, nº 51.
4. Bankoff ADP, Zamai CA (2011). Estudos sobre as políticas públicas de esporte e lazer de prefeituras municipais do estado de São Paulo. *Conexões* 9(2): 70-84.
5. Bardin L (2014). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
6. Bento J, Constantino JM (2012). Desporto e municípios: políticas, práticas e programas. Lisboa: Visão e Contextos.
7. Bergeron K, Lévesque L (2012). Government policies for active community design in Ontario: Challenges to achieving collaboration between five ministries. *Can J Urban Res* 29-54.
8. Blanco E, Burriel JC, Camps A, Carretero JL, Landabea JA, Montes V (2006). Manual de la organización institucional del deporte, 2ª ed. Barcelona: Editorial Paidotribo.
9. Bonsón E, Torres L, Royo S, Flores F (2012). Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. *Gov Inform Quart* 29(2): 123-132.
10. Burriel i Paloma JC (1994). Análisis y diagnóstico del sistema deportivo local: Punto de partida para el diseño de políticas deportivas municipales. *Apunts* 36: 38-45.
11. Campillo Alhama C (2013). Gestión de la información y su evaluación en los gabinetes de comunicación municipal. *El profesional de la Información* 22(6): 515-521.
12. Carvalho MJ, Resende C, Cirac M, Costa J (2012). Desporto, política e direito: Do passado e da atualidade. Enfoque nas autarquias locais. In: Bento J, Constantino J, editores. Desporto e Municípios: Políticas, práticas e programas. Lisboa: Visão e Contextos, Edições e Representações, 39-71.
13. Carvalho PG, Alves AA (2011). How can we get to know local governance of sports? A case study in a lagged region. *J Phys Educ Sport* 11(2): 194-199.
14. Chaín Navarro C, Muñoz Cañavate A, Más Bleda A (2008). La gestión de información en las sedes web de los ayuntamientos españoles. *Rev Esp Doc Científica* 31(4): 612-638.
15. Côté J, Baker J, Abernethy B (2007). Practice and play in the development of sport expertise. In: Eklund R, Tenenbaum G, editors. Handbook of sport psychology. Hoboken, NJ: Wiley, 184-202.
16. Fahlén J, Stenling C (2015). Sport policy in Sweden. *Int J Sport Pol Politics*: 1-17.
17. Galily Y, Yuval F, Bar-Eli M (2012). Municipal subsidiary policy toward professional sports teams: A democratic deficit in the local government. *Int J Sociol Soc Policy* 32(7/8): 431-447.
18. Gallardo L (2002). Características generales de los servicios deportivos municipales en Castilla-La Mancha. *Rev Motricidad* 9: 165-191.
19. Goslin A (1996). Human resource management as a fundamental aspect of a sport development strategy in South African communities. *J Sport Manage* 10(2): 207-217.
20. Gutierrez CAS (2014). Políticas públicas de esporte e lazer e a construção do conhecimento. In: Tondin G, Vidal JR, Feix E, editores. Esporte e lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos. Porto Alegre: Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer: Fundação de Esporte e Lazer do RS, 100-112.
21. Heinemann K (2003). Introducción a la metodología de la investigación empírica en las ciencias del deporte. Barcelona: Editorial Paidotribo.
22. Helling AL (2008). O contexto jurídico e institucional para o desenvolvimento urbano e municipal. In: Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, editor. Desenvolvimento municipal em Moçambique: Lições da primeira década. Maputo: Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, 30-56.
23. Hobza V, Cíkl R (2007). Subsidization policy in sport and physical training in the Czech Republic. *Acta Univ Palacki Olomuc, Gymn* 37(3): 15-20.
24. Hobza V, Dohnal T (2008). Theoretical foundations of municipal sport infrastructure development conceptual planning. *Acta Univ Palacki Olomuc, Gymn* 38(4): 7-15.
25. Howlett M, Ramesh M, Perl A (1995). Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems. Toronto: Oxford University Press.
26. Januário C, Paípe GP, Pinto ER, Carvalho MJ (2015). Políticas públicas desportivas: Guimarães, Ciudad Europea del Deporte 2013. *Rev Esp Educ Fís Deportes* 408: 73-84.
27. Januário C, Sarmento JP, Carvalho MJ (2010). Políticas públicas desportivas: "Desporto para todos" vs "desporto de elite". *Rev. Port. Ciênc. Desporto* 10(3): 31-48.
28. Januário C, Sarmento P, Carvalho MJ (2009). Políticas públicas desportivas: Avaliação do nível de execução e eficácia nos municípios da Área Metropolitana do Porto. *Rev Port Ciênc Desporto* 9(2): 26-32.

29. Januário CF (2011). Políticas públicas desportivas: Estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto. Porto: Fundação CEFA.
30. Johnson RB, Onwuegbuzie AJ, Turner LA (2007). Toward a definition of mixed methods research. *J Mix Methods Res* 1(2): 112-133.
31. King N (2014). Local authority sport services under the UK coalition government: retention, revision or curtailment? *Int J Sport Pol Politics* 6(3): 349-369.
32. Kokolakis T, Lera López F, Castellanos P (2014). Regional differences in sports participation: The case of local authorities in England. *Int J Sport Financ* 9(2): 149-171.
33. Lowi T (1972). Four systems of policy, politics, and choice. *Public Admin Rev* 32(4): 298-310.
34. Machava DAF (2013). Colaboração intermunicipal em Moçambique: O caso da Província de Inhambane. Minho: Danilo Almeida Fernandes Machava.
35. Meirim JM, Carvalho MJ (2012). A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto: De uma leitura na generalidade à localização dos municípios. In: Bento JO, Constantino JM, editores. Desporto e municípios: Políticas, práticas e programas. Lisboa: Visão e Contextos, Edições e Representações, Lda, 73-91.
36. Moon MJ (2002). The evolution of eGovernment among municipalities: rhetoric or reality? *Public Admin Rev* 62(4): 424-433.
37. Nhabomba HM (2013). Levantamento, análise e prospetiva do desporto no concelho municipal da Cidade de Inhambane – Moçambique, 2009 a 2012. Lisboa: Humberto Mateus Nhabomba.
38. Paipe G (2013). Políticas públicas desportivas e gestão do desporto municipal: Estudo do caso do município da Cidade da Beira, Moçambique. Porto: Gustavo Paipe.
39. Patton MQ (2002). Qualitative research and evaluation methods, 3rd edition. London: Sage Publications.
40. Pereira EB (2009). O poder local: As câmaras municipais e o desporto. In: Bento J, Constantino J, editores. O desporto e o estado ideologias e práticas. Porto: Edições Afrontamento, 109-131.
41. Phillips N, Lawrence TB, Hardy C (2000). Interorganizational collaboration and the dynamics of institutional fields. *J Manage Stud* 37, 1: 23-42.
42. Quivy R, Campenhoudt LV (2008). Manual de Investigação em ciências sociais, 5ª edição. Lisboa: Gradiva.
43. Ribeiro ER (1999). Reflexão sobre a política desportiva em Moçambique: Diagnóstico sobre as instalações desportivas da cidade de Maputo. Campinas: ER Ribeiro.
44. Schmidt MS (2008). Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: Guerriero LZ, Schmidt MS, Zicker F, editores. Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 47-52.
45. Skille EÅ (2015). Community and sport in Norway: Between state sport policy and local sport clubs. *Int J Sport Pol Politics* 7(4): 505-518.
46. TatĐKei Ho A (2002). Reinventing local governments and the e-government initiative. *Public Admin Rev* 62(4): 434-444.
47. Teixeira M, Ribeiro T (2014). O processo de desenvolvimento desportivo: Fatores de incidência em Portugal. *Rev Port Ciênc Desporto* S1A/S1R: 67-79.
48. Terol Gómez R (2013). La organización del deporte: administración pública del deporte. In: Palomar Olmeda A, editor. Derecho al deporte. Navarra: Editorial Aranzadi SA, 57-120.
49. World Bank Staff (2008). Finanças públicas autárquicas. In: Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, editor. Desenvolvimento municipal em Moçambique: lições da primeira década. Maputo: Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, 100-122.
50. World Bank Staff, Muzima JD (2008). Introdução à urbanização e ao desenvolvimento municipal em Moçambique. In: Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, editor. Desenvolvimento municipal em Moçambique: lições da primeira década. Maputo: Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, 11-27.

AUTORES:Edgar Gachet ¹Thiago J. Leonardi ²Elaine Prodócimo ¹

¹ Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Brasil

² Faculdade Adventista de Hortolândia – UNASP Hortolândia, Brasil

10.5628/RPCD.17.02.53

Influência de uma proposta de Futsal na manifestação de violência entre crianças

PALAVRAS CHAVE:

Pedagogia do Esporte.

Violência. Futsal. Crianças.

SUBMISSÃO: 28 de Julho de 2017

ACEITAÇÃO: 30 de Agosto de 2017

RESUMO

Neste estudo analisamos a influência do ensino do esporte coletivo futsal na manifestação de violência entre crianças de 8 a 10 anos, de ambos os sexos de uma instituição de ensino não-formal na cidade de Campinas-SP. É um estudo de caráter qualitativo que deu voz aos participantes e utilizou, como método, a pesquisa participante, como técnicas, os grupos focais com alunos e professores, a observação com registro em diário de campo de um projeto de futsal com duração de um semestre para a coleta de informações, e a triangulação de dados para a interpretação e análise do material obtido. Os alunos relataram a aquisição de valores por meio da proposta. Os professores atribuíram ao projeto uma mudança nas atitudes entre os participantes que se estendeu para além da quadra. Os resultados apontaram uma diminuição da violência por meio do esporte, sinalizando sua relação com alguns valores e atitudes.